

PLANO DE ENSINO		
IDENTIFICAÇÃO		
ANO LETIVO	SÉRIE	TURNO
2017	4º ano	Matutino e Noturno
NOME DA DISCIPLINA		
Direitos Difusos e Coletivos		
CARGA HORÁRIA		
SEMANAL: 3 Hora-aula		ANUAL: 100 Hora-aula
DOCENTE RESPONSÁVEL		
Profa. Ana Laura Vallarelli Gutierrez Araujo		
EMENTA DA DISCIPLINA		
<p>I. Parte Geral</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Evolução <u>histórica</u> dos direitos humanos. 2. Interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos. <p>II. Parte Especial</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Direito Ambiental: Aspectos históricos. Ética e sustentabilidade. Conceito e princípios de direito ambiental. Meio ambiente na Constituição de 1988. Bens ambientais. Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA). Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA). Instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente. Responsabilidade por dano ou ameaça de dano ambiental: civil, administrativa e penal. Crimes ambientais. Meio ambiente natural. Meio ambiente cultural. Meio ambiente artificial. Meio ambiente do trabalho. 2. Direito do Consumidor. Relações de consumo. Responsabilidade por danos ao consumidor. Práticas comerciais. Proteção contratual. Sanções administrativas e infrações penais. 3. Outros direitos difusos e coletivos: Direito da Criança e do Adolescente. Direito da Pessoa com Deficiência. Direito do Idoso. 		
OBJETIVOS DA DISCIPLINA		
<p>Objetivos Gerais</p> <p>Apresentar aos alunos uma visão geral dos direitos difusos e coletivos, com o fim de possibilitar o desenvolvimento de valores sociais, ligados à ética, cidadania e direitos humanos.</p> <p>Estimular a pesquisa na área dos direitos difusos e coletivos com a finalidade de criar ações inovadoras que agilizem e aperfeiçoem os mecanismos de atendimento aos anseios da sociedade moderna na caracterização dos seus direitos.</p> <p>Compreender a importância do meio ambiente enquanto elemento essencial à qualidade de vida dos seres humanos.</p> <p>Explorar com os alunos o sistema de proteção legal e jurídica do bem ambiental, partindo dos princípios ambientais contidos nas Declarações Internacionais e na Constituição Federal e descendo ao detalhamento da legislação infraconstitucional.</p> <p>Apresentar aos alunos os princípios que norteiam a defesa do consumidor e os direitos básicos do consumidor assegurados pelo Código de Defesa do Consumidor (Lei 8.078/90) e leis correlatas, bem como os mecanismos legais de proteção desses direitos, a fim de habilitá-los a interpretar e aplicar as normas consumeristas.</p> <p>Transmitir aos estudantes as noções básicas dos direitos difusos e coletivos relacionados criança e adolescente, à pessoa com deficiência e idoso.</p>		

Possibilitar o desenvolvimento das competências e habilidades para que o egresso tenha, ao final do curso:

- a) Leitura, compreensão e elaboração de textos jurídicos, com a devida utilização das normas técnico-jurídicas;
- b) Interpretação e aplicação do Direito;
- c) Pesquisa e utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina e de outras fontes do Direito;
- d) Correta utilização da terminologia jurídica ou da Ciência do Direito;
- e) Utilização de raciocínio jurídico, de argumentação, de persuasão e de reflexão crítica;
- f) Julgamento e tomada de decisões;
- g) Domínio de tecnologias e métodos para permanente compreensão e aplicação do Direito;
- h) Capacidade para o trabalho em equipe.

Objetivos Específicos

Ao final de cada unidade o aluno será capaz de:

I. Parte Geral

- a) Recordar a evolução histórica dos direitos humanos.
- b) Compreender o processo histórico de formação da sociedade de massa.
- c) Contextualizar a tutela dos interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos. Reconhecer a importância da jurisdição coletiva.
- d) Conceituar, exemplificar, diferenciar e explicar os conceitos de direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos.
- e) Analisar pelo enfoque legal, doutrinário e jurisdicional a tutela dos direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos.

II. Parte Especial

1. Direito Ambiental

- a) Analisar a importância do Direito Ambiental na contemporaneidade como direito fundamental. Refletir sobre a sustentabilidade e como isso repercute na existência das presentes e futuras gerações. Reconhecer a importância dos recursos naturais para o desenvolvimento econômico.
- b) Analisar, interpretar e aplicar as normas ambientais.
- c) Explicar o surgimento do direito ambiental. Reconhecer a importância do direito ambiental. Refletir sobre ética, sustentabilidade e ecologia e como essas questões repercutem sobre os demais ramos do direito.
- d) Criticar e discutir a visão biocêntrica e antropocêntrica.
- e) Citar e explicar as fontes do Direito Ambiental.
- f) Explicar a autonomia do Direito Ambiental e sua relação com outras ciências e com outros ramos do Direito.
- g) Identificar e aplicar os princípios ambientais a situações práticas.
- h) Identificar, explicar, interpretar e aplicar as normas constitucionais específicas e gerais.
- i) Compreender e aplicar as normas constitucionais de competência ambiental. Identificar a competência legislativa e administrativa de cada ente da federação. Aplicar as normas de competência ambiental previstas na Lei Complementar n. 140/11. Diferenciar atuação supletiva de atuação subsidiária. Identificar os instrumentos de cooperação institucional.
- j) Analisar a natureza jurídica dos bens ambientais.
- k) Descrever e esquematizar a Política Nacional do Meio Ambiente (LPNMA) e identificar seus princípios e objetivos. Conceituar degradação da qualidade ambiental, poluição, poluidor e recursos ambientais.
- l) Descrever e esquematizar o Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA) e

- examinar a competência de cada órgão que o compõe.
- m) Compreender a importância dos instrumentos da PNMA para a preservação, melhoria e recuperação do meio ambiente. Relacionar qualidade ambiental com qualidade de vida.
 - n) Conceituar, distinguir, analisar e esquematizar os instrumentos de intervenção da PNMA.
 - o) Citar, classificar e estabelecer as principais características das unidades de conservação. Diferenciar as unidades de conservação: unidades de proteção integral e unidades de uso sustentável. Conceituar e identificar as áreas de preservação permanente (APPs) e a reserva legal (RL). Distinguir e comparar: unidades de conservação, áreas de preservação permanente e reserva legal.
 - p) Conceituar, distinguir, analisar e esquematizar os instrumentos de controle da PNMA.
 - q) Citar, classificar e estabelecer as principais características dos seguintes instrumentos: avaliação de impacto ambiental, estudo prévio de impacto ambiental, relatório de impacto ambiental, licenciamento ambiental, audiência pública, relatório de qualidade do meio ambiente, cadastros ambientais e informação ambiental, participação e educação ambiental. Conceituar licenciamento ambiental e licença ambiental. Aplicar as regras de competência para o licenciamento ambiental. Citar e indicar as condições para a concessão das licenças ambientais. Analisar a importância da participação popular como forma de exercer a cidadania ambiental e efetivar o direito à informação ambiental.
 - r) Conceituar, distinguir, analisar e esquematizar os instrumentos econômicos da LPNMA: servidão ambiental, seguro ambiental e concessão ambiental.
 - s) Discutir sobre as medidas de prevenção e repressão do dano ambiental. Analisar a responsabilidade por dano ambiental. Distinguir e identificar os requisitos da responsabilidade penal da civil e da administrativa. Interpretar e aplicar as normas ambientais com relação aos crimes e infrações ambientais.
 - t) Interpretar e aplicar as normas ambientais pertinentes ao meio ambiente natural, patrimônio genético, cultural, artificial e do trabalho.

2. Direito do Consumidor

- a) Compreender o tratamento constitucional conferido à proteção do consumidor.
- b) Compreender o conceito de consumidor e sua vulnerabilidade nas relações de consumo. Analisar o conceito de consumidor pelo enfoque legal, doutrinário e jurisprudencial. Conceituar consumidor, fornecedor, produto e serviço. Identificar a relação jurídica de consumo.
- c) Explicar a política nacional de relações de consumo: objetivos, princípios e instrumentos.
- d) Compreender e explicar os direitos básicos do consumidor.
- e) Contrastar o instituto da responsabilidade civil previsto no Código Civil com o do Código de Defesa do Consumidor. Distinguir a responsabilidade pelo fato da responsabilidade pelo vício do produto ou do serviço. Identificar os requisitos necessários para a configuração da responsabilidade civil pelo fato e pelo vício do produto ou serviço. Explicar a responsabilidade dos profissionais liberais. Diferenciar decadência e prescrição. Aplicar a desconsideração da personalidade jurídica.
- f) Examinar as práticas comerciais. Conceituar oferta. Distinguir publicidade da propaganda. Avaliar a vinculação da oferta e da publicidade na formação dos contratos de consumo. Discutir sobre a publicidade enganosa e abusiva. Analisar e avaliar os princípios e regras aplicáveis nas práticas abusivas, cobrança de dívidas, banco de dados e cadastros de consumidores. Compreender a proteção contratual dada ao consumidor. Identificar as cláusulas abusivas.
- g) Identificar e explicar as sanções administrativas e infrações penais previstas no Código de Defesa do Consumidor.

3. Outros direitos difusos e coletivos

3.1. Direito da Criança e do Adolescente: Compreender, interpretar e aplicar os princípios constitucionais e legais. Compreender a proteção especial conferida à criança e ao adolescente em razão da condição peculiar de pessoa em desenvolvimento. Assimilar a terminologia jurídica do estatuto. Reconhecer a importância do direito à convivência familiar e comunitária. Conceituar família natural, ampliada e substituta. Identificar as regras de prevenção. Identificar as medidas de proteção. Distinguir medidas de proteção das medidas socioeducativas. Conceituar ato infracional. Distinguir ato infracional de crime. Analisar e interpretar as medidas socioeducativas. Explicar remissão.

3.2. Direito da pessoa com deficiência: Compreender a proteção conferida à pessoa com deficiência. Analisar a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e o Estatuto da Pessoa com Deficiência. Discutir sobre a inclusão da pessoa com deficiência. Avaliar e criticar a alteração da capacidade civil. Discutir sobre a tomada de decisão apoiada e interdição.

3.3. Direito da pessoa idosa: Compreender a política nacional do idoso. Identificar os direitos da pessoa idosa.

1º semestre	CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	Nº AULAS
1	<p>Parte Geral</p> <p>Interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos: Evolução histórica dos direitos humanos: gerações/dimensões dos direitos humanos. Interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos: Conceito de interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos. Classificação. Aspectos introdutórios da proteção de interesses difusos e coletivos.</p> <p>Análise de artigos.</p>	4
2	<p>Parte especial</p> <p>Direito Ambiental: Introdução. Direitos humanos e meio ambiente. Ética ambiental e sustentabilidade. Consciência ecológica. Visão antropocêntrica e visão biocêntrica. Aspectos históricos. Surgimento do Direito Ambiental. Conceito de meio ambiente e de Direito Ambiental. Concepção unitária e aspectos do meio ambiente. Fontes do Direito Ambiental. Autonomia do Direito Ambiental. Relação do Direito Ambiental com outras ciências e com outros ramos do Direito. Princípios do Direito Ambiental.</p>	4
3	Meio Ambiente na Constituição de 1988. Estado Democrático Ecológico de Direitos. Normas constitucionais específicas e gerais. Normas constitucionais de competência ambiental.	5
4	Natureza jurídica dos bens ambientais.	2
5	Política Nacional do Meio Ambiente (LPNMA). Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA).	3
6	Instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente. Instrumentos de intervenção ambiental: padrões de qualidade e zoneamento ambiental. Incentivos. Espaços territoriais	

	especialmente protegidos (ETEP): unidades de conservação (UC), áreas de preservação permanente (APPs) e reserva legal (RL).	5
7	Instrumentos de controle ambiental: Avaliação de impacto ambiental. Estudo prévio de impacto ambiental EPIA ou EIA), relatório de impacto ambiental (RIMA), licenciamento ambiental (LA), audiência pública. Relatório de Qualidade do Meio Ambiente. Cadastros. Informação, participação e educação ambiental.	5
8	Instrumentos econômicos da LPNMA: servidão ambiental, seguro ambiental e concessão ambiental.	3
9	Instrumentos repressivos da LPNMA: Responsabilidade por dano ou ameaça de dano ambiental. Tríplex responsabilidade: civil, administrativa e criminal. Crimes e infrações ambientais.	5
10	Meio ambiente natural. A flora. A fauna. Recursos hídricos.	5
11	Biodiversidade. Patrimônio genético.	2
12	Meio ambiente do trabalho. Conceito e aspectos constitucionais.	2
13	Meio ambiente cultural. Conceito e aspectos constitucionais.	1
14	Meio ambiente artificial. Conceito e aspectos constitucionais.	1
15	Apresentação de trabalho departamental.	
SEQUÊNCIA 2º semestre	CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	Nº AULAS
1	Correção e vista da primeira avaliação parcial.	2
2	Direito do Consumidor: Antecedentes históricos. Proteção constitucional. Disposições gerais. Diálogo das fontes.	2
3	Relação de consumo: Consumidor, Fornecedor, Produtos e Serviços.	2
4	Análise de julgados.	2
5	Política nacional de relações de consumo: objetivos, princípios e instrumentos.	2
6	Direitos básicos do consumidor.	2
7	Qualidade de produtos e serviços. Proteção à saúde e segurança.	1
8	Responsabilidade pelos danos causados ao consumidor. Responsabilidade pelo fato do produto ou do serviço. Responsabilidade por vício do produto e do serviço. Responsabilidade dos profissionais liberais. Decadência e prescrição. Desconsideração da personalidade jurídica.	4
9	Práticas comerciais. Disposições gerais. Oferta. Publicidade e propaganda. Práticas abusivas. Cobrança de dívidas. Banco de dados e cadastros de consumidores.	4
10	Seminário.	2
11	Proteção contratual. Disposições gerais. Cláusulas abusivas. Contratos de adesão.	3

12	Sanções administrativas e infrações penais.	2
13	Outros direitos difusos e coletivos. Direito da Criança e do Adolescente. Proteção internacional e constitucional. Estatuto da Criança e do Adolescente: concepção, estrutura, direitos e princípios fundamentais. Direito à convivência familiar e comunitária. Da prevenção. Medidas de proteção. Da prática do ato infracional. Medidas socioeducativas.	6
14	Direitos da Pessoa com Deficiência. A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu protocolo facultativo. Da inclusão da pessoa com deficiência. Tomada de decisão apoiada. Interdição. Acessibilidade.	4
15	Direito do Idoso: Política nacional do idoso. A proteção dos Direitos do idoso. Estatuto do Idoso.	2

PROCEDIMENTOS E APRENDIZAGEM

Aulas expositivas e dialogadas. Discussão a partir de textos, julgados, vídeos e imagens, em sala de aula, realização de trabalhos e seminários e, eventualmente, apresentação de vídeos sobre o tema.

AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

A avaliação poderá ser feita durante a realização das atividades propostas, levando-se em consideração a presença, participação e o envolvimento dos alunos nos debates e exposições das atividades propostas.

Composição da nota:

- avaliações parciais: 0 a 10 (peso 8)
- seminário e trabalhos: 0 a 10 (peso 2).
- trabalho da série: bônus (0 a 1 ponto)
- trabalho departamental:**

BIBLIOGRAFIA

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

GRINOVER, Ada Pellegrini. Significado social, político e jurídico da tutela dos interesses difusos. Revista de Processo, São Paulo, SP, vol. 97, p. 9 – 15, jan – mar. 2000.

MACHADO, Paulo Affonso Leme. Direito Ambiental Brasileiro. São Paulo: Malheiros.

MAZZILLI, Hugo Nigro. Interesses coletivos e difusos. Revista dos Tribunais, São Paulo, SP, vol. 668, p. 47 – 57, jun. 1991.

MILARÉ, Edis. Direito do Ambiente. São Paulo: RT.

NUNES, Rizzato. Curso de Direito do Consumidor. São Paulo: RT.

ZAVASCKI, Teori Albino. Defesa de direitos coletivos e defesa coletiva de direitos. Revista de Processo, São Paulo, SP, vol. 78, p. 32 – 49, abr – jun. 1995.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ANTUNES, Paulo de Bessa. Direito ambiental. Rio de Janeiro: Lumen Juris.

BECHARA, Erika. Compensação e licenciamento ambiental na Lei do Sistema Nacional das Unidades de Conservação (SNUC). São Paulo: Atlas.

BESSA, Leonardo Roscoe; MARQUES, Claudia Lima; BENJAMIN, Antonio Herman de Vasconcellos. Manual de Direito do Consumidor. São Paulo: RT.

CARVALHO, Luis Gustavo Grandinetti Castanho de. A informação como bem de consumo.

Doutrinas Essenciais de Direito do Consumidor, São Paulo, SP, vol. 2, p. 549 – 560.abr. 2011.

CAVALIERI FILHO, Sérgio. Programa de Direito do Consumidor. São Paulo: Atlas.

GARCIA, Leonardo de Medeiros. O Código de Defesa do Consumidor: código comentado e jurisprudência. Niterói: Impetus.

GOMES JÚNIOR, Luiz Manoel. O direito difuso à informação verdadeira e a sua proteção por meio das ações coletivas - a função social da informação. Revista de Direito Privado, São Paulo, SP, vol. 10, p. 154 – 164, abr – jun. 2002.

GRINOVER, Ada Pellegrini. Código Brasileiro de Defesa do Consumidor Comentado pelos Autores do anteprojeto. Rio de Janeiro: Forense Universitária.

MARQUES, Claudia Lima; SCHMITT, Cristiano Heineck; BENJAMIN, Antonio Herman de Vasconcellos. Cláusulas abusivas nas relações de consumo. São Paulo: RT

MELLO, Fernando de Paula Batista. O dano não patrimonial transindividual. Revista de Direito do Consumidor, São Paulo, SP, vol. 96, p. 41 – 74, nov – dez. 2014.

RIBEIRO, Lauro Luiz Gomes. As normas constitucionais de tutela das pessoas portadoras de deficiência. Revista de Direito Constitucional e Internacional, São Paulo, SP, vol. 47, p. 145 – 198, abr – jun. 2004.

Sorocaba, 7 de fevereiro de 2017.

Professora Ana Laura Vallarelli Gutierrez Araujo